

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2014

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras	1
Balanco Patrimonial	1
Demonstração do Resultado	3
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6
Nota 1 – Contexto operacional	6
Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	6
Nota 3 – Principais Práticas Contábeis	7
Nota 4 – Disponibilidades	9
Nota 5 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	10
Nota 6 – Operações de Crédito	12
Nota 7 – Outros Créditos	13
Nota 8 – Investimentos	14
Nota 9 – Imobilizado	15
Nota 10 – Intangível	16
Nota 11 – Receitas	16
Nota 12 – Realização do Custo Atribuído	16
Nota 13 – Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais	17
Nota 14 – Obrigações por Repasses do Exterior	17
Nota 15 – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	18
Nota 16 – Contingências Trabalhistas	19
Nota 17 – Recursos para Equalização e Obrigações sobre Recursos do FNDCT	20
Nota 18 – Impostos e Contribuições – Correntes e Diferidos	22
Nota 19 – Patrimônio Líquido	25
Nota 20 – Receita de Operações de Crédito	26
Nota 21 – Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26
Nota 22 – Taxa de Administração	27
Nota 23 – Inspeção e Acompanhamento	27
Nota 24 – Operações de Empréstimos e Repasses	27
Nota 25 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	27
Nota 26 – Despesas com Pessoal e Encargos	28
Nota 27 – Despesas Administrativas	28
Nota 28 – Despesas Tributárias	28
Nota 29 – Outras Receitas Operacionais	29
Nota 30 – Remunerações Pagas a Empregados e Administradores	29
Nota 31 – Cobertura de Seguros	30
Nota 32 – Fundação de Previdência Privada – FIPECq	30
Anexos	
Memória de cálculo do Ativo	33
Memória de cálculo do Passivo	35
Memória de cálculo da Demonstração do Resultado	37
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	40
Parecer do Conselho de Administração sobre as Demonstrações Financeiras	42
Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras	43

ATIVO	Notas	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
ATIVO CIRCULANTE		4.934.796	4.940.983	3.651.980
Disponibilidades	4	3.129.639	3.735.201	2.025.768
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	5.1	349.610	179.455,51	747.505
Operações de Crédito	6	1.414.685	996.093	842.926
Outros Créditos	7	40.707	28.344	34.961
Impostos e Contribuições a Recuperar	18.3	17.439	9.272	23.190
Pessoal		11.196	9.039	6.668
Outros		12.072	10.033	5.103
Outros Valores e Bens		155	1.889	821
Almoxarifado		147	152	109
Despesas Antecipadas		7	1.737	712
ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.570.580	6.459.552	4.762.359
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.321.258	6.228.986	4.686.135
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	5.2	51.868	51.868	216
Cotas de Fundos em Empresas Emergentes		10.216	10.216	216
Ações		41.652	41.652	-
Operações de Crédito	6	9.059.452	5.983.197	4.481.610
Operações de Crédito		9.190.297	6.042.360	4.588.007
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(130.845)	(59.164)	(106.397)
Outros Créditos	7	209.939	193.921	204.308
Depósitos Judiciais		34.743	19.269	16.780
Depósitos Especiais		4.758	-	-
Créditos com o Tesouro Nacional		25.471	25.471	25.471
Crédito FND		71.805	67.662,35	63.886
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.2	73.163	81.520	98.172
PERMANENTE		249.322	230.566	76.224
Investimentos	8	160.152	160.152	4.243
Ações		158.348	158.348	-
Outros Investimentos		1.804	1.804	4.243
Imobilizado de Uso	9	78.964	70.274	71.836
Imóveis de Uso		95.160	87.269	87.039
Outras Imobilizações de Uso		12.846	9.865	9.601
Depreciações Acumuladas		(29.042)	(26.860)	(24.804)
Intangível	10	10.206	140	146
TOTAL DO ATIVO		14.505.376	11.400.535	8.414.339

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Notas	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
PASSIVO CIRCULANTE		831.009	595.733	402.433
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	13	383.856	152.665	26.956
BNDES		383.856	152.665	26.956
Obrigações por Repasses do Exterior	14	5	17	15
Outras Obrigações		447.149	443.050	375.462
Fundos financeiros e de desenvolvimento	15.1	210.243	180.783	153.826
Fiscais e Previdenciárias		3.222	11.370	14.843
Participações sobre o Lucro a Pagar		16.430	10.859	7.504
Provisão para Contingências Trabalhistas	16	115.725	164.688	145.877
Dividendos a Pagar		64.718	43.306	29.938
Diversas		36.810	32.044	23.475
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.979.248	9.311.573	6.837.846
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	13	5.610.743	4.018.629	2.199.923
BNDES		5.610.743	4.018.629	2.199.923
Obrigações por Repasses do Exterior	14	296	255	234
Outras Obrigações		6.368.209	5.292.689	4.637.689
Fundos financeiros e de desenvolvimento	15.2	5.997.656	5.083.329	4.055.789
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.2	21.523	21.829	22.134
Depósitos e Cauções		1.392	1.009	1.626
Recursos para Equalização FNDCT	17	269.058	124.801	408.369
Obrigações sobre Recursos do FNDCT	17	78.579	61.722	149.771
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	1.695.119	1.493.230	1.174.060
Capital Social		1.101.552	1.101.552	901.552
Reserva de Capital		1	1	1
Ajustes de Avaliação Patrimonial		32.285	32.743	33.201
Reservas de Lucros		561.280	358.933	239.305
TOTAL DO PASSIVO		14.505.376	11.400.535	8.414.339

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		836.703	623.095
Operações de crédito	20	807.009	579.771
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	21	29.695	43.324
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(635.268)	(425.064)
Operações de Empréstimos e Repasses	24	(561.705)	(383.654)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25	(73.563)	(41.410)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		201.435	198.032
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		164.484	56.249
Taxa de administração	22	74.330	77.918
Inspeção e Acompanhamento	23	46.299	23.878
Despesas com pessoal e encargos	26	(266.266)	(200.455)
Despesas administrativas	27	(58.393)	(47.462)
Despesas tributárias	28	(34.868)	(26.745)
Outras receitas operacionais	29	416.003	248.602
Outras despesas operacionais		(12.620)	(19.488)
RESULTADO OPERACIONAL		365.919	254.281
Outras receitas e despesas		(2.003)	(2.440)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		363.916	251.841
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	18.1	(78.362)	(62.192)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.1	(8.051)	(16.347)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(16.179)	(10.826)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		261.323	162.476
LUCRO POR AÇÃO (lote de mil ações)		0,87	0,54

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Em milhares de Reais

	Outros Resultados Abrangentes				Reservas de Lucros			Lucros / (Preju�zos) Acumulados	Total	Demonstra�o do Resultado Abrangente Total da Companhia	
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavalia�o	Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Total	Reserva Legal	Reserva para Reten�o de Lucros				Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	901.552	2	2.638	30.564	33.201	16.602	222.703	239.305	-	1.174.060	112.966
Aumento de Capital Social	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	200.000	-
Absor�o de Preju�zos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfer�ncia para Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constitui�o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	(764)	(764)	-	-	-	764	-	764
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	305	305	-	-	-	(305)	-	(305)
Lucro L�quido do Exerc�cio	-	-	-	-	-	-	-	-	162.476	162.476	162.476
Reserva Legal	-	-	-	-	-	8.147	-	8.147	(8.147)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.306)	(43.306)	-
Lucro Remanescente a Destinar	-	-	-	-	-	-	111.481	111.481	(111.481)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.101.552	2	2.638	30.106	32.743	24.749	334.185	358.933	-	1.493.230	162.934
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absor�o de Preju�zos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfer�ncia para Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constitui�o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	(764)	(764)	-	-	-	764	-	764
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	305	305	-	-	-	(305)	-	(305)
Ajuste da Reten�o indevida de IRRF sobre JCP de 2012	-	-	-	-	-	-	5.283	5.283	-	5.283	-
Lucro L�quido do Exerc�cio	-	-	-	-	-	-	-	-	261.323	261.323	261.323
Reserva Legal	-	-	-	-	-	13.089	-	13.089	(13.089)	-	-
Juros sobre o capital pr�prio	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.718)	(64.718)	-
Reserva para Reten�o de Lucros	-	-	-	-	-	-	183.975	183.975	(183.975)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.101.552	2	2.638	29.647	32.285	37.838	523.443	561.280	(0)	1.695.119	261.782

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstra es financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2014	31/12/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	261.323	162.476
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	3.536	2.120
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8.051	16.347
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	71.682	(49.391)
Juros equalizados PSI	(130.005)	(62.132)
Juros capitalizados sobre financiamentos a receber	(2.576)	48.216
Juros capitalizados sobre financiamentos a pagar	32.669	36.634
Juros sobre impostos e contribuições a recuperar	(993)	(567)
Atualização de obrigações sobre recursos do FNDCT	23.272	22.640
Atualização do FND	(4.143)	(3.776)
Doações de Obras de Arte	-	2.439
Participação de empregados sobre o lucro (PLR)	16.179	10.826
Provisão / Reversão de contingências trabalhistas	(48.964)	18.812
Impostos e Contribuições liquidados por compensação	15.524	23.734
Variação líquida de outras receitas e despesas	1.431	937
Caixa e equivalentes gerados pelo resultado do exercício	<u>246.986</u>	<u>229.315</u>
Financiamentos concedidos	(4.463.834)	(2.521.629)
Retorno de Financiamentos concedidos	1.004.250	887.087
Aumento / Redução dos juros a receber	25.574	41.101
Financiamento tomados	3.167.240	3.208.105
Pagamento de Financiamento tomados	(462.181)	(269.934)
Aumento / Redução em juros a pagar	29.360	24.095
Variação líquida de Recursos de Equalização	126.706	(300.002)
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Emergentes	40.635	31.170
Recursos devolvidos ao Tesouro (para aplicação em fundos)	-	(70.635)
Recursos retornados de fundos	1.115	9.456
Recursos devolvidos ao Tesouro (retorno de fundos)	-	(54.365)
Aplicação em quotas de Fundos de Empresas Emergentes	(47.327)	(45.757)
Resgate de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	16.714	25.875
Dividendos pagos	(44.627)	(30.785)
Imposto de Renda pago por antecipação	(11.497)	(5.786)
Contribuição Social paga por antecipação	(5.918)	(3.463)
Pagamento do saldo de PLR do exercício anterior	(10.608)	(7.471)
Aumento em outros créditos de longo prazo	(20.232)	(2.489)
Variação líquida de outros Ativos e Passivos	(5.469)	(1.951)
Recursos gerados (utilizados) nas atividades operacionais	<u>(413.113)</u>	<u>1.141.937</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(11.021)	(542)
Aquisição de Intangível	(11.273)	(12)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	<u>(22.294)</u>	<u>(554)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(435.407)</u>	<u>1.141.383</u>
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.914.656	2.773.273
Caixa e equivalentes no final do exercício	3.479.249	3.914.656
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(435.407)</u>	<u>1.141.383</u>

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2014

(Valores expressos em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e regida pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808 de 07 de fevereiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 2.209 de 18 de abril de 1997 e pelo Decreto nº 2.471 de 26 de janeiro de 1998.

Sua finalidade é apoiar estudos, projetos e programas para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

Exerce também a função de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Pode ainda exercer a administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas às suas finalidades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis são efetuados de acordo com o Plano de Contas da União, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas nas Leis nºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em virtude da verificação de adequações necessárias para fins da adoção das melhores práticas de contabilidade, os dados demonstrados para o ano de 2014 apresentam novas classificações. Portanto, para garantir a comparabilidade, fez-se necessário apresentar, conforme orientação do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, três balanços patrimoniais (término do período corrente, término do período anterior e início do mais antigo período comparativo) com a adoção das mesmas práticas observadas no exercício de 2014. As reclassificações realizadas são explicadas em suas respectivas notas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime Contábil

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência.

b) Direitos e Obrigações em Moeda Estrangeira

Os direitos e as obrigações em moeda estrangeira são ajustados às taxas cambiais em vigor na data do encerramento do exercício.

c) Correção Monetária

As contas passíveis de correção monetária foram atualizadas até 31 de dezembro de 1995, já que a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, para fins societários e fiscais.

d) Créditos e Obrigações por Empréstimos e Financiamentos

Estão acrescidos dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

e) Ativo Fiscal Diferido

Até 31 de dezembro de 2014, a FINEP reconheceu em seu ativo, parte do imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$ 33.098 mil sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores (R\$ 2.913 mil em 31 de dezembro de 2013). Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis dentro dos próximos dez exercícios sociais. Durante o exercício de 2014 foram realizados R\$ 34.825 mil dos créditos fiscais reconhecidos em exercícios anteriores (R\$ 27.090 mil no exercício de 2013) e foram revertidos R\$ 19.624 mil das diferenças temporárias relativas às provisões para contingências trabalhistas decorrente dos pagamentos do acordo firmado para o passivo trabalhista.

A Resolução de Diretoria nº 0001/14 autorizou, com base em estudo técnico de acordo com as Instruções Normativas CVM nº 273/98 e nº 371/02, a constituição de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores.

f) Provisões

f.1) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430/96, em seus artigos 9º e 12º. A referida provisão, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 98.361 mil (R\$ 59.164 mil no mesmo período de 2013).

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os financiamentos concedidos, observados os critérios definidos pela própria instituição, considerados indedutíveis pela legislação fiscal, foi de R\$ 32.485 mil, sendo este o saldo de 31 de dezembro de 2014.

f.2) Provisão para Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais. Em 31 de dezembro de 2014, apresentou saldo final de R\$ 21.166 mil (R\$ 22.981 mil para o mesmo período em 2013).

f.3) Provisão para 13º salário

Em função do pagamento da 2ª e última parcela do 13º salário ser em dezembro de cada ano, a referida provisão sempre apresentará saldo zero no final do exercício. Durante o ano de 2014 sua constituição e referida utilização foi de R\$ 11.757 mil (R\$ 12.876 mil durante 2013).

f.4) Provisão para Contingências Trabalhistas

Em função da edição da RES/DIR/0619/13 que aprovou a proposta de acordo para o passivo trabalhista proposto pela Superintendência da Área Jurídica, no intuito de fornecer proposta a cada reclamante individualmente de forma isonômica, única e inegociável de oferta para acordo nas seguintes reclamações trabalhistas: RT - 0084500-89.1992.1.05.0013, RT-0081900-56.1992.5.01.0026, RT-02140-1993-007-01-00-0, RT-0006200-20.1992.5.01.0044, RT-001010-02.1992.5.01.0047, RT-0006400-59.1992.5.01.0001, a Superintendência da Área Financeira e de Captação, respaldada pela Área Jurídica, optou por complementar a referida provisão no ano de 2013, em R\$ 18.812 mil referente aos juros legais de tais reclamações, totalizando em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 164.688 mil.

O saldo de 31 de dezembro de 2014 é R\$ 115.725 mil após a reversão da provisão em R\$ 36.883 mil pelos pagamentos efetuados aos reclamantes; a reversão para o montante de R\$ 101.883 mil (base de dezembro de 2013) e a atualização pelos juros legais no valor de R\$ 13.891 mil no exercício de 2014. Há o posicionamento formal da entidade, por intermédio de sua Área Jurídica, de que durante o exercício de 2014 não houve ingresso de ações consideradas de perda provável.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995.

h) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e de reavaliação espontânea e de custo atribuído (*deemed cost*); ajustado por depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

- Imóveis (AAP)	2% a.a.
- Móveis e utensílios	10% a.a.
- Equipamentos de escritório	10% a.a.
- Veículos	20% a.a.
- Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.

i) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado pela amortização acumulada, quando aplicável, calculada pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil correspondente a 20% a.a. e de recuperação econômica, fixada por espécie de bens.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e de 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

k) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Lei nº 11.638/07, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- a) títulos para negociação
- b) títulos disponíveis para venda
- c) títulos mantidos até o vencimento

Os títulos classificados como para negociação e os registrados como disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados em contrapartida à correspondente conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

As aplicações em fundos de investimentos são registradas ao custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

4. DISPONIBILIDADES

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Banco em moeda nacional	2.846	2
Recursos da Conta Única aplicados	3.126.550	3.528.863
Limite de saque com vinculação de pagamento	242	206.336
<u>TOTAL</u>	<u>3.399.006</u>	<u>3.735.201</u>

As disponibilidades apresentam saldos de caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em valor conhecido e com risco insignificante de mudança de valor.

A FINEP mantém suas aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme autorização expressa na Lei nº 12.833 de 2013.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE CURTO PRAZO

A Financiadora de Estudos e Projetos detém uma aplicação em Fundo Extramercado de Investimento em Renda Fixa, junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com composição da carteira em títulos públicos, estando classificados como títulos para negociação no montante de R\$ 349.610 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 179.456 mil em 31 de dezembro de 2013).

Este item, evidenciado no demonstrativo de 2014, representa uma das reclassificações necessárias para a melhor utilização das boas práticas contábeis: em 2013 fazia parte do grupo de disponibilidades.

5.2 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE LONGO PRAZO

5.2.1 COTAS DE FUNDOS EM EMPRESAS EMERGENTES

A FINEP operacionaliza esta ação através do Programa Inovar, que é constituído do Inovar Fundos.

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador (instituições financeiras privadas) na data base do balanço, não havendo diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado.

CNPJ	FUNDO	INVESTIDO EM R\$ mil
05.016.895/0001-76	SPTEC	864
06.214.664/0001-30	NOVARUM	1.337
06.905.602/0001-74	RIO BRAVO INVESTECH II	4.374
08.083.268/0001-46	STRATUS VC III	12.000
08.571.117/0001-37	FIPAC	60
08.605.371/0001-09	FUNDOTEC II	8.179
08.693.474/0001-78	RIO BRAVO NORDESTE II	12.200
08.796.172/0001-25	JARDIM BOTANICO VC I	5.496
08.909.578/0001-77	GOVERNANÇA	9.496
08.988.307/0001-54	FIP TERRA VIVA	18.886
09.238.849/0001-72	CAPITAL TECH	6.454
10.407.298/0001-02	HORIZONTI	9.368
10.720.618/0001-80	NEO CAPITAL MEZANINO	11.328
11.160.957/0001-11	BRASIL AGRONEGOCIO	21.588
11.337.965/0001-90	FUNDO SC	5.240
11.411.095/0001-52	CRP VII	25.303
12.272.110/0001-91	NASCENTI	5.817
12.907.124/0001-34	BURRILL BRASIL	3.926
13.107.005/0001-60	PERFORMA	7.138
13.528.558/0001-96	DGF INOVA	13.640
14.435.236/0001-65	VOX IMPACT INVESTING I	5.594
15.505.288/0001-23	DLM BRASIL TI	15.908
17.078.063/0001-63	CVENTURES PRIMUS	3.760
18.093.847/0001-23	CAPITAL TECH II	1.080
18.754.577/0001-54	INOVA EMPRESA	10.000
18.860.705/0001-44	INOVACAO PAULISTA	1.438
19.230.524/0001-05	DGF FIPAC 2 FIP	700
20.100.181/0001-35	FIP AEROESPACIAL	1.200
	TOTAL	222.374

A FINEP tem o objetivo de investir em empresas inovadoras com alto potencial de retorno financeiro através de Fundos de Participações, bem como o de atrair investimentos privados (nacionais e estrangeiros) para a indústria de *venture capital* no Brasil e construir um ambiente favorável ao desenvolvimento do *venture capital* no país.

Alguns dos resultados alcançados através do programa são: o alto grau de alavancagem de recursos privados e do potencial inovador das empresas investidas; a profissionalização da gestão das pequenas e médias empresas inovadoras que recebem, além do aporte financeiro, contribuição dos gestores dos Fundos em todas as áreas; a implementação das melhores práticas de governança nas empresas investidas e o fortalecimento da estrutura de capital das empresas nacionais.

A Administração da FINEP entende que a participação em todos os fundos deverá obedecer todo o cronograma de integralização (investimento) e de retorno (desinvestimento) estando, portanto, estes títulos classificados como mantidos até o vencimento sendo avaliados pelo seu custo de aquisição, considerando os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Do total dos recursos investidos em fundos que montam R\$ 222.374 mil, a parte relativa aos recursos oriundos do FNDCT para tal atividade é de R\$ 212.158 mil, sendo, portanto, efetivamente investidos com recursos próprios da FINEP o total de R\$ 10.216 mil, compostos pela totalidade do Fundo Inova Empresa (R\$ 10.000 mil) e 25% do Fundo SPTEC (R\$ 216 mil).

No exercício de 2013, os recursos aplicados em fundos com recursos do FNDCT foram apresentados como um passivo (Obrigações sobre recursos do FNDCT), porém, para melhor adequação às normas contábeis tais recursos devem retificar o ativo de investimento em fundos, retratando a realidade do montante efetivo aplicado pela FINEP nesta modalidade.

5.2.2 AÇÕES

Conforme portaria nº 603 de 24 de dezembro de 2014, o Ministério da Fazenda definiu como ordinária a espécie de ações da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB para fins de capitalização da FINEP. Ainda segundo a portaria, coube à Secretaria do Tesouro Nacional definir a quantidade de ações a serem transferidas garantindo que na operação não houvesse perda do controle acionário da União na Telebrás e no BNB.

As ações da Telebrás apresentam natureza de investimento sendo detalhadas na nota explicativa nº 8. As ações do BNB são consideradas como Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros e possuem valor de R\$ 41.652 mil em 31 de dezembro de 2014 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2013).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Financiamentos concedidos	1.250.255	936.094
Encargos s/ empréstimos e financiamentos	133.078	38.477
Juros pró-rata s/ financiamentos	31.352	21.522
Provisão para Perdas Estimadas	-	-
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>1.414.685</u>	<u>996.093</u>
Financiamentos concedidos	9.067.873	5.940.588
Cobrança judicial	122.425	101.773
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Dedutível)	(98.361)	(59.164)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Indedutível)	(32.485)	-
<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>9.059.452</u>	<u>5.983.197</u>

6.1. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A parcela relativa à provisão para crédito de liquidação duvidosa dedutível para fins fiscais está fundamentada na Lei nº 9.430/96, em seus artigos 9º e 12º, ou seja, créditos com garantia vencidos a mais de 2 anos, desde que mantidos os procedimentos legais (cobrança judicial) para seu recebimento.

O valor constituído a título da provisão para crédito de liquidação duvidosa indedutível para fins fiscais foi determinada, no exercício de 2014, como sendo os créditos vencidos de 90 a 720 dias, independentemente de haver processos judiciais para seu recebimento.

7. OUTROS CRÉDITOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	<u>17.439</u>	<u>9.272</u>
. IRPJ a recuperar – (Nota 18.3)	11.497	5.785
. Contribuições a recuperar – (Nota 18.3)	5.918	3.463
. Créditos por Infrações Legais e Contratuais	24	24
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	<u>11.196</u>	<u>9.039</u>
. Créditos a receber – folha de pagamento	10.885	8.081
. Créditos a receber por cessão de pessoal	311	958
OUTROS	<u>12.072</u>	<u>10.033</u>
. Recursos de Aplicação no Tesouro	7.092	5.609
. Taxa de administração FUNTTEL	4.920	4.365
. Desfalques ou desvios	59	59
. Despesas de terceiros	1	-
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>40.707</u>	<u>28.344</u>
DEPÓSITOS JUDICIAIS E ESPECIAIS	<u>39.500</u>	<u>19.269</u>
. Depósitos judiciais (ações trabalhistas)	34.742	19.269
. Depósitos especiais (caução nova sede)	4.758	-
CRÉDITOS ESPECÍFICOS	<u>97.276</u>	<u>93.133</u>
. Risco cambial	25.471	25.471
. Participações em Fundos / Cotas do FND	71.805	67.662
. Créditos a receber do Tesouro Nacional	206.285	-
. Provisão para outros créditos	(206.285)	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	<u>73.163</u>	<u>81.519</u>
. IRPJ diferido – (Nota 18.2)	45.727	50.955
. CSLL diferido – (Nota 18.2)	27.436	30.564
<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>209.939</u>	<u>193.921</u>

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 066/68, está sendo computada a quantia de R\$ 25.471 mil a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do risco cambial. A FINEP há anos tenta se ressarcir e continua mantendo negociações nesse sentido.

No corrente exercício de 2014, a FINEP registrou os créditos a receber do Tesouro Nacional oriundos da negociação realizada entre as partes que trata da devolução de tais recursos em conformidade com o Ofício nº 16/2013/COFIN/STN/MF/DF e respaldado pela RES/DIR/0463/2013. A provisão de mesmo valor é para anular qualquer efeito no resultado desta Financiadora, pois trata-se de um ato contábil sem seu respectivo fato gerador.

No exercício de 2011, foi reconhecida perda de R\$ 33.652 mil com autorização através da Resolução de Diretoria nº 0357/11, em função da Lei nº 12.431/11 que em seu artº 23 extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento e determina que a União sucederá o FND nos seus direitos e obrigações. Nos demais exercícios, apenas as correções de valor do recebível pelo IPCA foram computadas no exercício.

8. INVESTIMENTOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Ações – (Telebrás)	158.348	158.348
Propriedade para Investimento	1.804	1.804
<u>TOTAL</u>	<u>160.152</u>	<u>160.152</u>

As ações recebidas para aumento de capital em dezembro de 2013 foram classificadas como Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros de Longo Prazo. Entretanto, as ações da Telebrás, para melhor adequação às práticas contábeis, devem ser classificadas como investimentos, pois a FINEP possui, conforme informação da BM&FBovespa em 27 de agosto de 2014, 33,17% de ações ordinárias, totalizando o percentual (entre ações ordinárias e preferenciais) 27,28%.

A rubrica de Propriedade para Investimento representa os 7 (sete) terrenos recebidos em dação de pagamento.

O Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento define propriedade para investimento como sendo a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.

9. IMOBILIZADO

Em observância a Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC T 19.1 / CPC 27), o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do exercício de 2014 apresentando as adições, depreciações e outras alterações do período.

Movimentação do Ativo Imobilizado – 31/12/2013 a 31/12/2014

Código	Descrição	Saldo 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2014
142110300	Terrenos	20.200	-	-	-	20.200
142110600	Salas e Escritórios	54.687	-	-	-	54.687
142118800	CM Compl. Lei 8200/91	11.162	-	-	-	11.162
142119100	Obras em Andamento	231	5.779	-	(231)	5.779
142119200	Instalações	0	-	-	231	231
142119300	Benfeitorias em Prop. Terceiros	990	2.322	-	(210)	3.102
	IMÓVEIS DE USO	87.270	8.101	-	(210)	95.161
142120600	Aparelhos Comunicação	660	933	18	-	1.575
142122600	Instrumentos Musicais	14	-	-	-	14
142123400	Máquinas e Equipamentos	1.016	58	11	82	1.145
142123500	Equip. Proc. Dados	4.406	1.615	20	73	6.074
142123600	Instal. Utens. Escritório	39	1	-	-	40
142124200	Mobiliário em Geral	3.644	313	99	55	3.913
142128800	CM Compl. Lei 8200/91	85	-	-	-	85
	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	9.864	2.672	149	458	12.846
142700000	Depreciação Bens Imóveis	0	(144)	-	(21.271)	(21.415)
142900000	Depreciação Bens Móveis	(26.860)	(2.184)	146	21.271	(7.627)
	S O M A	70.274				78.964

As contas de terrenos e de salas e escritórios (edificações) são apresentadas pelo custo de aquisição acrescido dos efeitos da mais-valia, resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

Na análise da aplicação do Pronunciamento Técnico 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos” e Pronunciamento Técnico 27 – Imobilizado, foi entendido que devido às características dos bens utilizados nas operações da FINEP, exceto os terrenos e salas e escritórios (edificações) para os quais foi aplicado o custo atribuído, conforme citado anteriormente, a prática contábil deveria ser mantida em relação às taxas de depreciação, inexistindo sinais de que seus custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação. Portanto entende-se que não haverá valor residual ao final do tempo de vida útil dos ativos e que não há necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

10. INTANGÍVEL

Composto em quase sua totalidade por software registrado pelo custo de aquisição, com vida útil definida em 60 meses e respectiva amortização de 20% ao ano.

Em observância à Resolução CFC nº 1.139/08, o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do período apresentando as adições, amortizações e outras alterações no período.

Movimentação do Ativo Intangível – 31/12/2013 a 31/12/2014

Código	Descrição	Saldo 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2014
144100000	Softwares	1.190	11.273	-	-	12.463
144200000	Marcas e Patentes	0	-	-	-	0
144400000	Conc. Uso Comunicação	112	-	-	-	112
144900000	Amortizações	(1.161)	(1.208)	-	-	(2.369)
	S O M A	140				10.206

A evolução da rubrica de software é devido ao investimento de modernização dos sistemas operacionais da FINEP no âmbito do Projeto Modernize com a compra de um sistema integrado – ERP.

11. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Quanto à conciliação entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis do Imposto de Renda, as únicas diferenças, evidenciadas no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real – são: a receita com créditos tributários da Contribuição Social Diferida sobre o Lucro Líquido que totalizam, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 17.404 mil (R\$ 4.021 mil no mesmo período de 2013), a reversão da provisão para indenizações trabalhistas de R\$ 48.964 mil (R\$ 2.158 mil em 31 de dezembro de 2013) e os dividendos recebidos no total de R\$ 2.337 mil, em 31 de dezembro de 2014.

12. REALIZAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações do custo atribuído (*deemed cost*), foi da ordem de R\$ 764 mil no exercício de 2014.

A realização e consequente tributação do saldo da referida conta, pelo imposto de renda e contribuição social, dão-se à medida que ocorrem os fatos previstos pela legislação pertinente. Portanto, os valores mantidos nessa conta estão sujeitos à tributação futura.

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

As obrigações por repasses do país são em sua totalidade de operações realizadas com o BNDES, demonstradas como segue (empréstimos + juros pró-rata):

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
BNDES – Curto Prazo	383.856	152.665
BNDES – Longo Prazo	5.610.743	4.018.629
<u>TOTAL</u>	<u>5.994.599</u>	<u>4.171.294</u>

As obrigações por repasses do país contratadas junto ao BNDES, apresentam a modalidade do BNDES Automático e BNDES Empréstimo, conforme:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>MOEDA</u>	<u>VCTO.</u>	<u>TAXA DE JUROS</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
BNDES AUTOMÁTICO	Real	dez/19	TJLP + 1%	122.263	135.771
BNDES EMPRÉSTIMO	Real	(a)	TJLP + 1%	5.872.336	4.035.523
<u>TOTAL</u>				<u>5.994.599</u>	<u>4.171.294</u>

(a) As amortizações dos empréstimos do BNDES são:

	Início	Término
Empréstimo 1	08/2014	07/2021
Empréstimo 2 Subcrédito A	02/2015	01/2022
Empréstimo 2 Subcrédito B	02/2014	01/2020
Empréstimo 2 Subcrédito A1	02/2016	01/2022
Empréstimo 2 Subcrédito B1	02/2016	01/2022
Empréstimo 3 Subcrédito A	02/2018	01/2024
Empréstimo 3 Subcrédito B	02/2018	01/2024

14. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

As obrigações por repasses do Exterior se referem ao Clube de Paris, em Euro, sendo representado por R\$ 5 mil no Circulante em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 17 mil no ano de 2013) e R\$ 296 mil no Não Circulante (R\$ 255 mil em 2013). O vencimento será em dezembro de 2024 e a taxa de juros é de 8,25% a.a.

15. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

15.1. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO DE CURTO PRAZO

As características das obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento são demonstradas como:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>MOEDA</u>	<u>VCTO.</u>	<u>TAXA DE JUROS</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
FNDCT	Real	(a)	TJLP	155.218	103.273
FAT – nota 15.3	Real	-	SELIC/TJLP	55.025	77.510
<u>TOTAL</u>				<u>210.243</u>	<u>180.783</u>

(a) Ver nota explicativa nº 15.2

As obrigações com o FAT eram registradas integralmente no curto prazo. A partir do exercício de 2014, esse exigível foi, segundo as melhores práticas de contabilidade, classificado no curto prazo somente as parcelas vincendas no período de até 12 meses.

15.2. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>MOEDA</u>	<u>VCTO.</u>	<u>TAXA DE JUROS</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
FNDCT	Real	(a)	TJLP	4.911.851	4.013.326
FAT – nota 15.3	Real	-	SELIC/TJLP	403.516	568.408
FUNTTTEL	Real	(b)	TR	682.289	501.595
<u>TOTAL</u>				<u>5.997.656</u>	<u>5.083.329</u>

(a) Amortizações dos empréstimos do FNDCT são:

	Início	Término		Início	Término
Empréstimo 1	12/2011	12/2021	Empréstimo 8	05/2016	05/2031
Empréstimo 2	08/2012	08/2022	Empréstimo 9	12/2016	12/2031
Empréstimo 3	06/2013	06/2023	Empréstimo 10	12/2016	12/2031
Empréstimo 4	03/2014	03/2024	Empréstimo 11	09/2017	09/2032
Empréstimo 5	12/2014	12/2029	Empréstimo 12	09/2018	09/2033
Empréstimo 6	03/2015	03/2030	Empréstimo 13	04/2019	04/2034
Empréstimo 7	09/2015	09/2030			

(b) As amortizações dos empréstimos do FUNTTTEL são:

	Início	Término
Empréstimo 1	04/2016	04/2035
Empréstimo 2	04/2017	04/2036
Empréstimo 3	04/2018	04/2037
Empréstimo 4	04/2018	04/2037
Empréstimo 5	04/2019	04/2038

15.3. FAT – DEPÓSITOS ESPECIAIS

A FINEP mantém um programa ativo denominado Pró-Inovação com o Ministério do Trabalho e Emprego que visa ao apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ao financiamento de estudos e projetos previamente selecionados pela FINEP e aprovados pela Comissão de Avaliação de Projetos – CAP/CODEFAT. Os financiamentos são direcionados para segmentos específicos da economia capazes de promover ações modernizantes e estruturais, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas, sem perder o foco voltado à geração de emprego e renda.

Os Depósitos Especiais são aplicados sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT. São remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos mutuários, sendo os recursos ainda não utilizados, classificados como disponíveis, remunerados pelos mesmos critérios aplicados às disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

O saldo devedor junto ao MTE/FAT no exercício de 2014 totaliza R\$ 458.541 mil.

A movimentação do saldo do FAT – Depósitos Especiais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

	FAT - Depósitos Especiais (Pró-inovação)
Saldo em 31/12/2013	645.918
- Ingressos de Recursos	-
- Juros s/ Depósitos (remuneração TJLP)	25.979
- Juros s/ Depósitos (remuneração SELIC)	2.305
- Amortizações de principal (1%-TJLP)	(41.501)
- Amortizações de principal (excedente)	(145.107)
- Recolhimento de TJLP	(26.747)
- Recolhimento de SELIC	(2.306)
Saldo em 31/12/2014	458.541

16. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Segundo o item 14 do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões e Passivos e Ativos Contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Utilizar estimativas para elaborar demonstrações contábeis não torna, de maneira alguma, tais demonstrações menos confiáveis. Considerando que uma provisão é mais incerta do que a maioria dos elementos do balanço, estimativas tornam-se ainda mais essenciais. Vale ressaltar que o valor reconhecido como provisão foi o melhor desembolso estimado capaz de liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Adicionalmente, as estimativas foram julgadas pela administração da FINEP e complementadas pela experiência de transações semelhantes e por relatório elaborado por escritório de consultoria jurídica

trabalhista, sendo provisionado, a título de atualização dos juros legais, o valor de R\$ 13.891 mil no exercício de 2014 (R\$ 18.812 mil em 2013),

Cabe ressaltar que a RES/DIR/0619/13 aprovou a proposta de acordo para o passivo trabalhista proposto pela Superintendência da Área Jurídica, no intuito de fornecer proposta a cada reclamante individualmente de forma isonômica, única e inegociável de oferta para acordo nas seguintes reclamações trabalhistas: RT - 0084500-89.1992.1.05.0013, RT-0081900-56.1992.5.01.0026, RT-02140-1993-007-01-00-0, RT-0006200-20.1992.5.01.0044, RT-001010-02.1992.5.01.0047, RT-0006400-59.1992.5.01.0001.

Os efeitos dessa negociação foram observados durante o exercício de 2014, sendo a provisão revertida em R\$ 36.883 mil pelos pagamentos efetuados aos reclamantes. Por sua vez a RES/DIR/0292/14, apoiada pela nota técnica da AJUR de 10 de outubro de 2014, autorizaram a reversão do saldo da provisão para o montante de R\$ 101.883 mil (base de dezembro de 2013), sendo este valor atualizado pelos juros legais no valor de R\$ 13.891 mil no exercício de 2014 (R\$ 18.812 mil em 2013).

Após essas movimentações, a referida provisão fechou o exercício de 2014 no valor de R\$ 115.725 mil (R\$ 164.688 mil no mesmo período de 2013).

17. RECURSOS PARA EQUALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES SOBRE RECURSOS DO FNDCT

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Recursos para Equalização	269.058	124.801
Garantia de Liquidez	31.809	29.138
Recursos Retornados de Fundos	28.020	8.762
Recursos para Investimentos em Empresas Emergentes	18.750	23.822
<u>TOTAL</u>	<u>347.637</u>	<u>186.523</u>

A equalização de taxa de juros é um instrumento que permite à FINEP conceder às empresas crédito subsidiado. A garantia de liquidez é uma ferramenta de mitigação parcial do risco inerente às aplicações nos fundos de investimento, atualmente utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente, garantindo aos investidores privados retorno do principal investido.

Os recursos aplicados em fundos com recursos do FNDCT (R\$ 212.158 mil em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 181.545 mil no mesmo período de 2013) eram demonstrados como passivo nos demonstrativos contábeis anteriores. Conforme demonstrado na nota 5.2.1, para melhor adequação as normas contábeis, este montante retifica o total dos recursos investidos em fundos no ativo não circulante, permitindo a evidenciação da essência do investimento com recurso da FINEP em fundos.

17.1 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social

	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
(=) Lucro Líquido do Exercício	261.323	162.476
(+) AAP realizado	764	764
(-) IRPJ sobre AAP Realizado	191	191
(-) CSLL sobre AAP Realizado	115	115
(=) Base para Destinações	261.781	162.934
(-) Reserva Legal	13.089	8.147
(=) Base para Dividendos e Juros sobre o capital próprio	248.692	154.787

Em substituição aos Dividendos sobre o lucro, visando o benefício fiscal (economia tributária) regulamentado pela Receita Federal do Brasil, a FINEP optou pelos Juros sobre o capital próprio, uma vez que segundo o art. 9º da Lei nº 9.249/95, poderão ser deduzidos do lucro real os juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pró rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O limite de dedutibilidade, amparado pelo RIR/1999 e Lei nº 9.249/95, deve ser o maior entre:

- 1- 50% do lucro líquido do período de apuração a que corresponder o pagamento ou crédito dos juros, após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da provisão para o imposto de renda e da dedução dos referidos juros; ou
- 2- 50% dos saldos de lucros acumulados e reservas de lucros de períodos anteriores.

Aplicando-se as alíquotas dos tributos incidentes sobre lucro diretamente no valor dos Juros sobre capital próprio, totalmente dedutível conforme verificação dos limites, o benefício fiscal (economia tributária) gerado no exercício de 2014 foi de R\$ 25.887 mil (R\$ 17.322 mil em 2013).

O cálculo dos Juros sobre o capital próprio, bem como do saldo remanescente destinado à constituição da Reserva para Margem Operacional, são demonstrados a seguir:

1 – Cálculo de 2013 (em R\$ mil)

Base para Dividendos e Juros sobre o capital próprio	154.787
(-) Juros sobre o capital próprio - JCP	43.306
Saldo remanescente destinado à constituição da Reserva para Retenção de Lucros	<u>111.481</u>

2 – Cálculo de 2014 (em R\$ mil)

Base para Dividendos e Juros sobre o capital próprio	248.692
(-) Juros sobre o capital próprio - JCP	64.717
Saldo remanescente destinado à constituição da Reserva para Retenção de Lucros	183.975

O valor dos Juros sobre capital próprio apurado (R\$ 64.717 mil) corresponde a 26,02% da base para sua respectiva destinação, superior, portanto, ao mínimo estabelecido no estatuto de 25%.

Os Juros sobre o capital próprio a pagar correspondem a R\$ 215,73 (R\$ 144,35 em 2013) por lote de mil ações do capital social final.

A Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados de 2014 também está de acordo com o limite estabelecido na Resolução CCE nº 10/95, que diz que o valor da PLR não poderá ser superior a 25% dos Dividendos ou Juros sobre o capital próprio a serem pagos ou creditados à União.

17.2 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em função do pagamento indevido de Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R\$ 5.283 mil incidentes nos Juros sobre Capital Próprio de 2012, tal montante foi apropriado no exercício de 2014 em IRRF a recuperar em contrapartida à Reserva de Retenção de Lucro, uma vez que os Juros sobre Capital Próprio configuram uma destinação do resultado.

Por esta ação, fez-se necessária a inclusão de linha específica na DMPL para demonstração da reincorporação do montante no Patrimônio Líquido.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – CORRENTES E DIFERIDOS

18.1 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os principais componentes das despesas e receitas tributárias são assim demonstrados:

	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
IRPJ	53.867	48.722
Corrente	48.829	38.505
Diferido - despesa	34.031	16.919
Diferido - (receita)	(28.993)	(6.702)
CSLL	32.547	29.817
Corrente	29.533	23.687
Diferida - despesa	20.418	10.151
Diferida - (receita)	(17.404)	(4.021)
<u>TOTAL</u>	86.414	78.539

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentaram em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, a realização de R\$ 34.031 mil (R\$ 16.919 mil em 2013) e R\$ 20.418 mil (R\$ 10.151 mil em 2013) sobre prejuízos fiscais e base negativa.

Foram constituídos, no exercício de 2014, a título de ativo fiscal diferido R\$ 28.802 mil (R\$ 6.511 mil no ano de 2013) para o imposto de renda e R\$ 17.290 mil (R\$ 3.907 mil no ano de 2013) para a contribuição social.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial decorrente da mais valia dos imóveis foi de R\$ 191 mil (IRPJ) e R\$ 115 mil (CSLL), valores estes historicamente constantes, devido à base regular da depreciação em função da vida útil estipulada em laudo técnico.

As alíquotas aplicáveis de cada tributo (25% IRPJ e 15% CSLL) incidem sobre a base do Lucro Real Ajustado (lucro antes dos impostos ajustado pelas adições e exclusões segundo a legislação fiscal). O quadro a seguir evidencia a conciliação das alíquotas efetivas e aplicáveis aos tributos.

	<u>DEZ/2014</u>			<u>DEZ/2013</u>		
	R\$ Mil	AV% LAIR	AV% L.REAL	R\$ Mil	AV% LAIR	AV% L.REAL
LAIR	347.737	-	-	200.338	-	-
Lucro Real	196.886	-	-	141.686	-	-
Despesa com IRPJ (corrente)	48.829	14,04%	24,80% (1)	35.352	17,65%	24,95% (1)
Despesa com CSLL (corrente)	29.533	8,49%	15,00%	21.253	10,61%	15,00%

(1) A alíquota aplicável não corresponde a exatos 25%, uma vez que a FINEP utiliza-se dos benefícios fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador, da Lei Rouanet e da Lei do Incentivo ao Esporte.

18.2 IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO DIFERIDOS – ATIVO E PASSIVO

Em função da existência de prejuízos fiscais passados, a empresa revisa o valor do ativo fiscal diferido (autorizada pela Resolução de Diretoria nº 0001/14) atualizando seus valores na rubrica de Prejuízos Fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL). Os valores relacionados como Diferenças Temporárias são oriundos do registro inicial da Provisão para Contingências Trabalhistas e suas atualizações.

<u>ATIVO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
IRPJ	45.727	50.955
Prejuízos Fiscais	15.066	16.150
Diferenças Temporárias	30.661	34.805
CSLL	27.436	30.565
Base Negativa	9.040	9.682
Diferenças Temporárias	18.396	20.883
TOTAL	73.163	81.520

O passivo fiscal diferido apresenta o saldo do efeito tributário em função da constituição da Reserva de Reavaliação e do Ajuste de Avaliação Patrimonial efetuados com suas respectivas realizações anuais.

<u>PASSIVO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
IRPJ	13.452	13.643
CSLL	8.071	8.186
<u>TOTAL</u>	<u>21.523</u>	<u>21.829</u>

18.3 IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO A RECUPERAR

Em decorrência das antecipações mensais em bases estimadas (obrigatórias pela legislação fiscal para empresas com tributação pelo Lucro Real Anual) e da retenção de IRRF sobre aplicações financeiras de renda fixa – Extramercado superarem o IRPJ devido e a CSLL devida, a FINEP apresenta saldo de imposto e contribuição a recuperar, descritos abaixo:

	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
IRPJ	11.497	5.785
CSLL	5.918	3.463
Outros	24	24
<u>TOTAL</u>	<u>17.439</u>	<u>9.272</u>

18.4 CONTROLE DO PREJUÍZO FISCAL (IRPJ) E DA BASE NEGATIVA (CSLL)

ANO CALENDÁRIO	IRPJ	CSLL
	PREJ. FISCAL	BASE NEGATIVA
	(-) Prej. / (+) Comp.	(-) Prej. / (+) Comp.
2002	(469.726)	(469.543)
2003	(5.062)	(4.775)
2004	5.486	5.570
2005	(1.703)	(1.412)
2006	8.333	8.420
2007	12.760	12.952
2008	1.959	2.071
2009	3.336	3.448
2010	23.257	23.313
2011	40.522	40.521
2012	49.051	49.051
2013	67.725	67.725
2014	84.379	84.379
SALDO	(179.683)	(178.280)

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Após a autorização do aumento de capital dado pela portaria nº 603 de 24 de dezembro de 2014 do Ministério da Fazenda, o estatuto da FINEP necessita de alteração por Decreto da Presidência da República. Após a recepção das ações ordinárias da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, o capital social integralizado da FINEP é de R\$ 1.101.552 mil, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de Capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 representando o saldo de doação recebida.

c) Reserva de Reavaliação

Reserva constituída em exercícios anteriores cuja realização foi concluída em 2010, com a exceção da parte relativa aos terrenos.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Representa o valor líquido de imposto e de realização do custo atribuído (*deemed cost*) aplicado sobre as contas de terrenos e salas e escritórios (edificações), em conformidade com o Pronunciamento

Técnico CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

e) Reserva de Lucros

e.1) Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e.2) Reserva para Retenção de Lucros

A reserva para retenção de lucros é constituída no percentual de 100% do saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos juros sobre capital próprio, tendo por base a justificativa apresentada pela administração sobre a necessidade de recursos para lastrear percentual do crédito previsto na política de aplicações compatível com o desenvolvimento das operações desta Financiadora.

f) Dividendos/Juros sobre o capital próprio e Participação nos Lucros e Resultados

A FINEP apresentou um lucro líquido no exercício de 2014 no montante de R\$ 261.323 mil (R\$ 162.476 mil em 2013) elevando o seu Patrimônio Líquido para R\$ 1.695.119 mil.

Foi destinado o montante de R\$ 64.717 mil a título de Juros sobre o capital próprio a pagar ao Tesouro Nacional, conforme o inciso II do artigo 30 do seu Estatuto Social (R\$ 43.306 mil em 2013).

A Participação nos Lucros e Resultados de 2014 foi de R\$ 15.798 mil a empregados e R\$ 381 mil a diretores. Em 2013, estes montantes foram de R\$ 10.675 mil e R\$ 151 mil, respectivamente.

20. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Financiamentos	546.608	379.721
Equalização	229.415	173.612
Recuperação de Crédito	30.986	26.438
<u>TOTAL</u>	<u>807.009</u>	<u>579.771</u>

21. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Remuneração Aplicação Extramercado	27.319	42.848
Dividendos	2.337	-
Retorno de Fundos – parte FINEP	39	476
<u>TOTAL</u>	<u>29.695</u>	<u>43.324</u>

22. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Durante os anos anteriores a 2014, a FINEP classificava como rendas com administração de fundos os recursos recebidos a título de taxa de administração do FNDCT e do FUNTTEL. Para melhor adequação às normas contábeis, estes recursos passaram a compor a rubrica de Taxa de Administração dentro de grupo próprio nas receitas operacionais.

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Taxa de Administração – FNDCT	73.045	74.707
Taxa de Administração – FUNTTEL	1.285	3.211
<u>TOTAL</u>	<u>74.330</u>	<u>77.918</u>

23. INSPEÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Durante os anos anteriores a 2014, a FINEP classificava como rendas de operação de crédito a taxa de retenção para liberação de projetos. Para melhor adequação às normas contábeis, estes recursos passaram a compor a rubrica de Inspeção e Acompanhamento em grupo próprio nas receitas operacionais. Durante o exercício de 2014, estes recursos montaram R\$ 46.291 mil (R\$ 23.878 mil para o mesmo período de 2013).

Adicionalmente nesta rubrica, houve pela primeira vez a cobrança por Avaliação de Garantia que representa o total de R\$ 7 mil, em 31 de dezembro de 2014.

24. OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As despesas da intermediação financeira são compostas pelos juros, encargos e variações cambiais dos empréstimos tomados sendo R\$ 561.671 mil do mercado interno durante o exercício de 2014 (R\$ 383.620 mil durante o mesmo período de 2013) e, devido variação desfavorável, teve-se uma variação cambial negativa de R\$ 35 mil durante o exercício de 2014 (R\$ 34 mil negativa durante o mesmo período de 2013).

25. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Até 31 de dezembro de 2014, foi dada a baixa contábil de contratos firmados no âmbito do convênio FINEP/MINC/001/93 conforme autorização expressa pela Resolução de Diretoria nº 0006/14.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430/96, em seus artigos 9º e 12º e seu montante registrado foi de R\$ 39.197 mil.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os financiamentos concedidos, observados os critérios definidos pela própria instituição, considerados indedutíveis pela legislação fiscal, foi de R\$ 32.485 mil, sendo este o saldo de 31 de dezembro de 2014.

26. DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Proventos	188.296	132.002
Encargos sociais	47.587	41.764
Benefícios sociais	24.355	21.633
Investimento em treinamento	2.243	1.695
Honorários de diretores e conselheiros	2.178	1.656
Remuneração de Estagiários	1.607	1.705
<u>TOTAL</u>	<u>266.266</u>	<u>200.455</u>

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Aluguel	18.468	11.792
Serviços Técnicos Profissionais e Consultoria	9.437	7.111
Premiações e Patrocínios	8.420	10.151
Publicidade e Propaganda	4.993	4.837
Diárias e Passagens	3.464	3.922
Depreciação/Amortização	3.536	2.120
Serviços de Processamento de Dados	2.214	424
Vigilância	1.946	1.798
Telefonia e Energia	1.452	1.401
Outros Serviços	4.463	3.906
<u>TOTAL</u>	<u>58.393</u>	<u>47.462</u>

28. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Cofins	29.104	22.511
PIS/Pasep	4.729	3.658
Outras	1.035	576
<u>TOTAL</u>	<u>34.868</u>	<u>26.745</u>

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2014</u>	<u>DEZ/2013</u>
Remuneração Aplicação Tesouro	349.095	236.653
Reversão de Provisão Trabalhista	48.963	-
Ressarcimento FNDCT	12.373	7.530
Valorização de Cotas do FND	4.143	3.776
Juros sobre Créditos Tributários	993	567
Outras	436	76
<u>TOTAL</u>	<u>416.003</u>	<u>248.602</u>

A conta de Taxa de Administração do FUNTTEL foi reclassificada para o grupo Receita de Taxa de Administração em Outras Receitas/Despesas Operacionais (nota explicativa nº 22) para melhor adequação às normas contábeis.

30. REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Para atender à Resolução nº 03/10 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, seguem maior e menor remunerações pagas aos empregados e administradores da FINEP (nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos) bem como o salário médio dos empregados e dirigentes:

▪ Empregados

Maior remuneração: R\$ 34.400,43
 Menor remuneração: R\$ 2.897,19
 Remuneração média: R\$ 13.924,56

▪ Dirigentes

Presidente: R\$ 38.383,03
 Diretores: R\$ 36.555,26

31. COBERTURA DE SEGUROS

A FINEP possui seguro empresarial na Marítima Seguros S/A, com coberturas contra incêndio, queda de raio, explosão (de qualquer natureza), fumaça, danos elétricos, responsabilidade civil em estabelecimento comercial, entre outras, para o conteúdo dos imóveis no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

32. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – FIPECq

A FINEP é co-patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (FIPECq). Entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, a FIPECq gera para os empregados e ex-empregados da FINEP um Plano de Benefício Definido que complementa o valor do benefício da Previdência Social até atingir o salário real médio dos últimos anos de atividade e paga Pecúlio por morte do participante do plano.

As patrocinadoras devem assegurar a FIPECq, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O método de avaliação atuarial adotado é o Crédito Unitário Projetado. O procedimento adotado para reconhecimento das perdas e ganhos atuariais é o do reconhecimento pleno e imediato da totalidade dos ganhos e perdas apurados a cada ano.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 600/09, a FINEP contratou a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., que emitiu laudo atuarial nº 0539 datado de 13 de março de 2015. Segundo o laudo, não há Passivo Atuarial a ser reconhecido pela FINEP, em 31 de dezembro de 2014, em relação ao Plano Previdenciário de Benefício Definido, sendo que a totalidade do Ativo Líquido (Potencial) de R\$ 230.654 mil está comprometida com desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, especialmente às relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos.

	Valor Presente das Obrigações (em R\$ Mil)
Em 31/12/2013	473.459
Custo do serviço corrente	13.748
Juros sobre o Valor Presente das Obrigações	50.944
Perdas (Ganhos) atuariais	59.490
Benefícios pagos	(19.841)
Reduções/Liquidações: perdas/(ganhos)	0
Em 31/12/2014	577.800

	Valor Justo dos Ativos do Plano (em R\$ Mil)
Em 31/12/2013	754.739
Contribuições do empregador	6.299
Contribuições do empregado ⁽¹⁾	6.665
Retorno obtido pelos Ativos do Plano ⁽¹⁾	60.592
Parcela do Fundo Previdencial do PPC incorporadas de forma proporcional às provisões matemáticas no exercício	0
Benefícios pagos	(19.841)
Reduções/Liquidações: perdas/(ganhos)	0
Em 31/12/2014	808.454

⁽¹⁾ Como a Contribuição Esperada do Empregado era de R\$ 6.408 mil, o fato da Contribuição Efetiva do Empregado ter sido de R\$ 6.665 mil, gerou um ganho de R\$ 257 mil e como o Retorno Esperado dos Ativos do Plano era de R\$ 81.210 mil, o fato do Retorno Efetivo dos Ativos do Plano ter sido de R\$ 60.592 mil, gerou uma perda de (R\$ 20.618 mil).

No Valor Justo dos Ativos do Plano, em 31 de dezembro de 2014, foi incluída a parcela de R\$ 222.834 mil, correspondente à 90,1633% do saldo, na mesma data, do Fundo Previdencial desse Plano de Benefícios, onde o referido percentual corresponde à proporção das Provisões Matemáticas dos Participantes Ativos / Assistidos da FINEP em relação ao total das Provisões Matemáticas do Plano em questão.

As premissas atuariais utilizadas foram:

- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 11,48% ao ano (6,17% ao ano acima da Inflação Projetada);
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 11,48% ao ano (6,17% ao ano acima da Inflação Projetada);
- Taxa de crescimento salarial: 7,394% ao ano (2,28% ao ano acima da Inflação Projetada);
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 5% ao ano;
- Inflação Projetada: 5% ao ano;
- Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,9724 (97%);
- Taxa de rotatividade: considerada nula para refletir, de forma conservadora, o reflexo da entrada em vigor do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD);
- Hipóteses de Entrada em Benefício de Aposentadoria Programada: o empregado participante do Plano entra em gozo do Benefício de Aposentadoria Programada 2 anos após preencher os requisitos para entrada em gozo de aposentadoria plena;
- Tábua Geral de Mortalidade: q_x da AT-2000 (masculina) – suavizada em 10%;
- Tábua de entrada em invalidez: i_x da LIGHT-FRACA;

- Tábua de mortalidade de inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina);
- Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para $q_x / i_x / q_x^i$
- Composição de família: experiência observada na FIPECq para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos, e família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos.

	TOTAL
A T I V O	14.505.376.376,16
Ativo Circulante	4.934.795.995,12
Disponibilidades	3.129.638.821,85
1.1.1.1.2.99.02 Banco do Brasil (Moeda nacional)	2.845.398,11
1.1.1.1.2.01.22 Recursos da Conta Única Aplicados	3.126.550.321,45
1.1.1.1.2.99.04 Caixa Econômica Federal	1.086,00
1.1.2.1.6.04.00 Limite de Saque c/ Vinculação de Pagtº	242.016,29
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	349.610.431,89
1.1.1.1.3.11.00 Fundo de Aplicação - Extra Mercado	349.610.431,89
Operações de Crédito	1.414.684.640,25
Operações de Crédito	1.414.684.640,25
1.1.2.3.2.01.00 Financiamentos Concedidos	1.250.254.736,99
1.1.2.3.4.06.01 Juros Pró-Rata s/Financiamento	31.351.686,35
1.1.2.3.5.01.00 Encargos s/Emprest.e Financiamentos	133.078.216,91
Outros Créditos	40.707.338,73
Impostos e Contribuições a Recuperar	17.439.183,70
1.1.2.1.5.05.00 IRPJ a Recuperar	11.497.181,22
1.1.2.1.5.09.00 CSLL a Recuperar	5.918.088,63
1.1.2.1.6.03.00 Créditos por Infrações Legais e Contratuais	23.913,85
Pessoal	11.195.871,76
1.1.2.1.9.08.00 Créditos a Receber-Folha de Pagamento	10.885.057,93
<i>Créditos por Cessão de Pessoal</i>	
1.1.2.1.9.07.00 Crédito a Rec.p/Cessão de Pessoal	310.813,83
Outros	12.072.283,27
1.1.2.1.9.11.00 Créditos p/ Pagamentos de Desp. de Terceiros	515,00
1.1.2.2.1.01.00 Entidades Federais	4.919.902,65
1.1.2.2.3.00.00 Recursos da União	7.092.704,23
1.1.2.2.9.03.00 Desfalques ou Desvios	58.827,59
1.1.2.2.9.04.00 Débitos e Terc.em Prest. de Serviço	333,80
Outros Valores e Bens	154.762,40
Almoxarifado	147.406,09
1.1.3.1.8.01.00 Material de Consumo	147.406,09
Despesas Antecipadas	7.356,31
1.1.4.1.1.03.00 Prêmios de Seguro a Apropriar	7.356,31

Ativo Não Circulante	9.570.580.381,04
Realizável a Longo Prazo	9.321.258.415,68
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	51.867.501,08
1.2.3.1.3.02.00 Fundos Aplic.Cotas Empresas Emergentes	222.373.753,62
2.1.4.1.1.91.00 Recursos Aplicados em Fundos (Parte FNDCT)	-212.157.812,50
1.2.2.5.1.00.00 Ações	41.651.559,96
Operações de Crédito	9.059.451.821,12
Operações de Crédito	
1.2.2.3.2.01.00 Financiamentos Concedidos	9.067.872.657,07
1.2.2.3.6.00.00 Cobrança Judicial	122.424.571,32
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	
1.2.2.8.0.00.00 PCLD Dedutível	-98.360.799,84
1.2.2.3.9.00.00 PCLD Não Dedutível	-32.484.607,43
Outros Créditos	209.939.093,48
Depósitos Judiciais	34.742.742,29
1.2.1.2.2.00.00 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	34.742.742,29
Depósitos Especiais	4.757.899,20
1.1.2.5.1.04.00 Depósitos Especiais	4.757.899,20
Créditos Específicos	97.275.711,35
1.2.2.9.0.00.00 Outros Créditos (Risco Cambial)	25.470.709,94
1.4.1.1.2.02.00 Participações em Fundos-MC	71.805.001,41
1.2.2.2.4.00.00 Créditos a Receber do Tesouro Nacional	206.285.300,00
2.2.2.4.4.07.00 Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-206.285.300,00
1.2.2.1.5.16.00 Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	73.162.740,64
(2319) IRPJ Diferido	45.726.638,21
(2469) CSLL Diferida	27.436.102,43
Permanente	249.321.965,36
Investimentos	160.152.003,74
1.2.2.5.1.00.00 Ações	158.348.429,40
1.4.1.1.2.01.00 Participações em Empresas-MC	0,34
1.4.1.3.1.01.00 Bens Imóveis	1.803.574,00
Imobilizado de Uso	78.964.350,65
1.4.2.1.1.00.00 Imóveis de Uso	95.160.497,57
1.4.2.1.2.00.00 Bens Móveis-Outras Imobilizações de Uso	12.845.729,34
1.4.2.7.0.00.00 Depreciações Acumuladas Imóveis	-21.415.358,46
1.4.2.9.0.00.00 Demais Depreciações Acumuladas	-7.626.517,80
Intangível	10.205.610,97
1.4.4.0.0.00.00 Intangível	10.205.610,97

	TOTAL
P A S S I V O	14.505.376.376,16
Passivo Circulante	831.009.445,12
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	383.856.375,49
BNDES	
2.1.2.3.1.02.02 Empréstimos Internos	332.375.910,96
2.1.2.3.1.02.03 Juros pró-rata Emprést.Internos	51.480.464,53
Obrigações por Repasses do Exterior	4.515,35
2.1.2.3.2.01.00 Juros pró-rata Emprést.Externos	4.515,35
Outras Obrigações	447.148.554,28
Fundos financeiros e de desenvolvimento	210.243.412,70
2.1.1.4.9.08.00 FAT	55.024.892,94
2.1.2.3.1.02.02 Empréstimos Internos - FNDCT	101.475.560,30
2.1.2.3.1.02.03 Juros pró-rata Emprést.Internos - FNDCT	53.742.959,46
Fiscais e Previdenciárias	3.222.137,97
2.1.2.1.5.07.00 Cofins	2.771.731,59
2.1.2.1.5.09.00 Pis	450.406,38
Participações sobre o Lucro a Pagar	16.430.340,37
2.1.2.1.4.12.00 Prov.para Participações e Empregados	16.430.340,37
Diversas	217.252.663,24
Provisão para Contingências	115.724.530,94
2.1.2.1.4.07.00 Prov.para Indeniz.Trabalhistas	115.724.530,94
Provisão para Férias e 13º Salário	21.166.232,95
2.1.2.1.4.02.00 Provisão de Férias	21.166.232,95
Consignatários e Fornecedores	8.521.168,46
2.1.1.1.1.02.00 INSS	162.783,13
2.1.1.1.3.01.00 Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	4.806.731,59
2.1.1.1.3.03.00 Impostos e Contribuições Diversos	70.966,22
2.1.1.1.5.00.00 Planos de Previd. Assist. Médica Empregados	2.448.403,57
2.1.1.1.9.00.00 Diversos Consignatários	65.620,00
2.1.2.1.1.01.00 Fornecedores - Exercício	851.374,74
2.1.2.1.1.02.00 Fornecedores - Exercícios anteriores	115.289,21
Juros sobre Capital Próprio a pagar	64.717.729,05
2.1.2.1.8.06.00 Juros sobre Capital Próprio a pagar	64.717.729,05
Outras	7.123.001,84
2.1.1.4.1.00.00 Depósitos e Cauções	456.451,46
2.1.1.4.8.00.00 Depósitos a Transferir	3.405,92
2.1.1.4.9.24.00 Depósitos Retidos de Pessoal	15.344,34
2.1.2.1.3.01.00 INSS Patronal	2.957.356,50
2.1.2.1.3.03.00 FGTS	1.614.400,90
2.1.2.1.3.07.00 Planos de Previd. Assist. Médica Patronal	1.279.318,05
2.1.2.1.9.60.01 Diárias	303,40
2.1.2.9.0.00.00 Outras Obrigações	796.421,27

Passivo Não Circulante		11.979.248.142,98
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		5.610.742.710,82
BNDES		
2.2.2.1.2.00.00 Contratos Internos		5.610.742.710,82
Obrigações por Repasses do Exterior		296.442,86
2.2.2.2.00.00 Contratos Externos		296.442,86
Outras Obrigações		6.020.571.963,57
Fundos financeiros e de desenvolvimento		5.997.656.230,98
Fundos financeiros e de desenvolvimento		
2.1.1.4.9.08.00 FAT		403.515.881,52
FNDCT		
2.2.2.1.2.00.00 Contratos Internos		4.911.850.687,53
FUNTTEL		
2.2.2.1.2.00.00 Contratos Internos		682.289.661,93
Fiscais e Previdenciárias		
2.2.2.3.1.01.00 IRPJ Diferido		21.523.289,80
2.2.2.3.1.05.00 CSLL Diferida		13.452.056,08
		8.071.233,72
Depósitos e Cauções		
2.2.1.2.1.00.00 Depósitos e Cauções		1.392.442,79
2.2.1.2.1.00.00 Depósitos e Cauções		1.392.442,79
Receita Diferida e Obrigações s/ Recursos		347.637.025,73
2.1.4.1.1.91.00		
Rec. p/Invest. Fundos Empr. Emergentes - 0250365033		18.750.160,58
Recursos Retornados de Fundos 0209365004		28.019.933,23
Rec. p/Garantia de Liquidez dos Fundos 0250365034		31.809.034,13
Sub Total		78.579.127,94
Recursos para Equalização FNDCT 0280365001		269.057.897,79
Patrimônio Líquido		1.695.118.788,06
Capital		1.101.551.920,71
De Domiciliados no País		1.101.551.920,71
2.4.1.2.1.00.00 Capital Social		1.101.551.920,71
Reservas		593.566.867,35
2.4.2.1.2.00.00 Reservas de Capital		1.500,00
2.4.2.2.1.00.00 Reservas de Reavaliação		2.637.543,16
2.4.2.3.0.00.00 Reservas de Lucros		561.280.428,58
2.4.5.0.0.00.00 Ajustes de Avaliação Patrimonial		29.647.395,61

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
1- Receitas da Intermediação Financeira	836.703.128,78	0,00	0,00	836.703.128,78
1.1 Operações de Crédito	807.008.559,00	0,00	0,00	807.008.559,00
6.2.3.2.3.05.01 Juros Semestrais (PSI)	130.005.056,16			130.005.056,16
6.2.3.2.3.05.05 Juros Equalizados	229.415.117,07			229.415.117,07
6.2.3.2.3.05.08 Juros Mensais	361.210.448,10			361.210.448,10
6.2.3.2.3.05.10 Juros Pro-rata	309.271.532,19			309.271.532,19
6.2.3.2.3.05.99 Juros Renegociados	37.447.294,18			37.447.294,18
6.2.3.2.3.08.00 Multas	1.924.210,68			1.924.210,68
4.1.9.1.9.27.00 Multas e Juros Previstos em Contratos	4.166.885,73			4.166.885,73
4.2.3.0.0.99.00 Amortizações de Empréstimos Divs.	30.985.785,84			30.985.785,84
6.2.3.2.3.04.03 Créditos a Receber	1.618.864,46			1.618.864,46
6.2.3.2.3.04.05 Empréstimos e Financ. Concedidos	468.536,94			468.536,94
5.1.3.1.2.01.00 Empréstimos e Financiamentos	-63.521,67			-63.521,67
5.2.3.2.3.06.01 Empréstimos e Finan. Concedidos	-299.441.650,68			-299.441.650,68
1.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	29.694.569,78	0,00	0,00	29.694.569,78
4.1.3.2.2.00.00 Dividendos	2.336.834,52			2.336.834,52
4.1.3.2.5.00.00 Remuneração Depósitos Bancários - Extramercado	22.130.216,01			22.130.216,01
6.2.3.1.7.01.04 Créditos Tributários	5.188.255,17			5.188.255,17
6.2.3.2.2.02.07 Fundos de Aplic.em Cotas/RV	39.264,08			39.264,08
2- Despesas da Intermediação Financeira	-635.268.485,41	0,00	0,00	-635.268.485,41
2.1 Operações de Empréstimos e Repasses	-561.705.388,38	0,00	0,00	-561.705.388,38
3.3.2.9.0.21.01 Juros Div.Contractada c/Instit.Financeiras	-475.038.100,13			-475.038.100,13
3.3.2.9.0.21.99 Outros Juros da Dívida Contratada	-523,60			-523,60
5.1.3.3.1.01.01 Oper.de Créditos Contratuais Internas	-0,10	0,00	0,00	-0,10
5.2.3.4.1.03.00 Encargos	-29.359.869,02			-29.359.869,02
5.2.3.4.1.01.00 Atualização Monetária Financeira	-52.886.886,35			-52.886.886,35
5.2.3.4.1.05.03 Juros e Encargos -Div.Contractada Interna	-4.385.409,36			-4.385.409,36
5.2.3.4.2.03.00 Variação Cambial não Financeira Div.	-40.813,11			-40.813,11
6.2.3.4.2.03.02 Variação Cambial não Financeira Div.	6.213,29			6.213,29
2.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-73.563.097,03	0,00	0,00	-73.563.097,03
5.2.3.1.7.04.00 Empréstimos e Financiamentos	-1.881.300,84			-1.881.300,84
5.2.3.2.3.01.00 Provisão p/Devedores Duvidosos	-71.681.796,19			-71.681.796,19
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	201.434.643,37	0,00	0,00	201.434.643,37
3- Outras Receitas/Despesas Operacionais	167.804.419,86	-2.923.512,51	-396.585,08	164.484.322,27
3.1. Receitas de Taxas				120.628.924,25
3.1.1. Receita de Taxa de Administração	74.330.075,60	0,00	0,00	74.330.075,60
4.1.6.0.0.13.00 Taxa de Administração - FNDCT	73.045.260,00	0,00	0,00	73.045.260,00
4.1.6.0.0.13.00 Taxa de Administração - FUNTTEL	729.479,81	0,00	0,00	729.479,81
6.2.3.1.7.03.01 Entidades Devedoras - FUNTTEL	555.335,79			555.335,79
3.1.2. Receita com Inspeção e Acompanhamento	46.298.848,65	0,00	0,00	46.298.848,65
4.1.6.0.0.14.00 Inspeção e Acompanhamento	46.291.405,17	0,00	0,00	46.291.405,17
4.1.6.0.0.99.00 Avaliação de Garantia	7.443,48	0,00	0,00	7.443,48
3.2. Despesas com pessoal	-266.262.122,90	-3.555,58	0,00	-266.265.678,48
3.2.1 Proventos	-188.295.909,65	0,00	0,00	-188.295.909,65
3.3.1.9.0.11.01 Vencimentos e Salários	-100.582.854,39			-100.582.854,39
3.3.1.9.0.11.05 Incorporações	-2.816.046,25			-2.816.046,25
3.3.1.9.0.11.10 Adicional de Insalubridade	-4.893,94			-4.893,94
3.3.1.9.0.11.13 Incentivo à Qualificação	-3.249.709,35			-3.249.709,35
3.3.1.9.0.11.33 Gratificação p/ Exercício de Funções	-10.125.122,93			-10.125.122,93
3.3.1.9.0.11.43 13º. Salário	-10.774.336,31			-10.774.336,31
3.3.1.9.0.11.44 Férias - Abono Pecuniário	-2.513.566,19			-2.513.566,19
3.3.1.9.0.11.45 Férias - Abono Constitucional	-4.988.088,58			-4.988.088,58
3.3.1.9.0.16.44 Serviços Extraordinários	-101.567,59			-101.567,59
3.3.1.9.0.91.08 Sentença Judicial - Parcela Única	-36.883.434,33			-36.883.434,33
3.3.1.9.0.94.01 Indenizações Trabalhistas-Ativo Civil	-16.536.612,73			-16.536.612,73
3.3.3.9.0.96.01 Ressarcimento Pessoal Requisitado	-887.133,44			-887.133,44
5.2.3.1.7.02.04 Créditos por Cessão de Pessoal	-5.079.587,10			-5.079.587,10
5.2.3.3.1.07.02 Provisão p/ Férias	-4.222.104,70			-4.222.104,70
6.2.3.1.7.02.04 Créditos por Cessão de Pessoal	4.432.473,62			4.432.473,62
6.2.3.3.1.07.02 Provisão p/Férias	6.036.674,56			6.036.674,56
3.2.2 Benefícios Sociais	-24.351.418,66	-3.555,58	0,00	-24.354.974,24
3.3.3.9.0.08.01 Auxílio Funeral	-1.517,60			-1.517,60
3.3.3.9.0.08.09 Auxílio Creche Civil	-1.746.911,97			-1.746.911,97
3.3.3.9.0.36.30 Serviços Médicos e Odontológicos	-8.818.080,50			-8.818.080,50
3.3.3.9.0.39.40 Programa Alimentação-PAT	-10.970.170,44			-10.970.170,44
3.3.3.9.0.39.50 Serv. Méd.Hosp.,Odont. e Laboratoriais	-674.402,15			-674.402,15
3.3.3.9.0.49.01 Vale-Transporte	-367.504,26	-3.555,58		-371.059,84
3.3.3.9.0.93.03 Ajuda de Custo - Pessoal Civil	-43.200,00			-43.200,00
5.2.3.1.4.00.00 Baixa de Títulos e Valores	-12.051.728,85			-12.051.728,85
6.2.3.1.4.00.00 Incorporação de Títulos e Valores	10.322.097,11			10.322.097,11
3.2.3 Honorários da Diretoria e Conselhos	-2.177.897,14	0,00	0,00	-2.177.897,14
3.3.1.9.0.11.71 Remuneração de Diretores	-1.858.621,90			-1.858.621,90
3.3.3.9.0.36.45 Jetons a Conselheiros	-319.275,24			-319.275,24
3.2.4 Encargos Sociais	-47.586.994,25	0,00	0,00	-47.586.994,25
3.3.1.9.0.07.01 Complem. de Previdência-FIPECQ	-7.539.678,09			-7.539.678,09
3.3.1.9.0.13.01 FGTS	-11.057.617,42			-11.057.617,42
3.3.1.9.0.13.02 INSS	-28.989.698,74			-28.989.698,74
3.2.5 Investimento em Treinamento	-2.243.291,35	0,00	0,00	-2.243.291,35
3.3.3.9.0.39.48 Serviços de Seleção e Treinamento	-2.243.291,35			-2.243.291,35
3.2.6 Remuneração de Estagiários	-1.606.611,85	0,00	0,00	-1.606.611,85
3.3.3.9.0.39.65 Serviços de Apoio ao Ensino	-1.606.611,85			-1.606.611,85

3.3 Despesas administrativas	-55.206.604,86	-2.793.779,21	-392.862,09	-58.393.246,16
3.3.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.535.594,66	0,00	0,00	-3.535.594,66
5.2.3.2.8.01.01 Administração	-2.327.679,72			-2.327.679,72
5.2.3.2.8.02.00 Amortizações	-1.207.914,94			-1.207.914,94
3.3.2 Locação de Imóveis	-15.824.154,56	-2.260.372,23	-216.646,81	-18.301.173,60
3.3.3.9.0.36.15 Locação de Imóveis	-156.613,60	-120.439,90		-277.053,50
3.3.3.9.0.39.02 Condomínios	-7.752.892,71	-435.145,43	-17.870,26	-8.205.908,40
3.3.3.9.0.39.10 Locação de Imóveis	-7.914.648,25	-1.704.786,90	-198.776,55	-9.818.211,70
3.3.3 Locação de Bens Móveis	-159.845,91	-6.550,64	0,00	-166.396,55
3.3.3.9.0.39.11 Locação Softwares	-20.306,41			-20.306,41
3.3.3.9.0.39.12 Locação de Máquinas e Equipamentos	-67.124,34	-6.550,64		-73.674,98
3.3.3.9.0.39.31 Locação de Equipamentos de Processamento de Dados	-66.089,82			-66.089,82
3.3.3.9.0.39.14 Locação Bens Mouv. outras Nat. Intang.	-6.325,34			-6.325,34
3.3.4 Manutenção e Conservação de Bens	-147.964,54	-36.901,44	-2.331,62	-187.197,60
3.3.3.9.0.37.06 Manut.e Conservação de Bens móveis	-97.684,58			-97.684,58
3.3.3.9.0.39.16 Manut.e Conservação de Bens Imóveis	-9.356,92	-16.550,00	-2.331,62	-28.238,54
3.3.3.9.0.39.17 Manut.e Conservação de Maq. e Equip.	-30.227,20	-20.276,44		-50.503,64
3.3.3.9.0.39.18 Serviços de Estacionamento de Veículos		-75,00		-75,00
3.3.3.9.0.39.20 Manut.e Cons. Bens Mouv. outras Nat.	-10.695,84			-10.695,84
3.3.5 Serviços de Telefonia e Energia	-1.355.816,58	-80.450,02	-15.496,59	-1.451.763,19
3.3.3.9.0.39.43 Serviços de Energia Elétrica	-532.575,54	-30.078,90	-5.414,59	-568.069,03
3.3.3.9.0.39.58 Serviços de Telecomunicações	-823.241,04	-50.371,12	-10.082,00	-883.694,16
3.3.6 Serviços Prestados - Pessoa Física	-1.256.655,58	-109.152,82	-2.809,50	-1.368.617,90
3.3.6.1 Diárias	-825.860,44	-109.152,82	-2.809,50	-937.822,76
3.3.3.9.0.14.14 Diárias no País	-632.819,49	-108.447,92	-2.527,00	-743.794,41
3.3.3.9.0.14.16 Diárias no Exterior	-96.251,65			-96.251,65
3.3.3.9.0.36.02 Diárias a Colab.Eventuais no País	-32.287,40			-32.287,40
3.3.3.9.0.36.46 Diárias a Conselheiros	-28.230,20			-28.230,20
3.3.3.9.0.93.02 Restituições	-36.271,70	-704,90	-282,50	-37.259,10
3.3.6.2 Outros Serviços	-430.795,14	0,00	0,00	-430.795,14
3.3.3.9.0.36.06 Serviços Técnicos Profissionais	-393.724,14			-393.724,14
3.3.3.9.0.36.28 Serviço de Seleção e Treinamento	-330,00			-330,00
3.3.3.9.0.36.34 Serviços de Perícias Med. p/ Benefício	-36.066,00			-36.066,00
3.3.3.9.0.36.35 Serviços Apoio Adm., Tec.e Operac.	-675,00			-675,00
3.3.7 Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	-30.240.068,63	-135.287,67	-92.608,70	-30.467.965,00
3.3.7.1 Diversos Serviços	-4.170.528,91	-4.373,74	-4.645,96	-4.179.548,61
3.3.3.9.0.37.03 Vigilância Ostensiva	-1.945.896,54			-1.945.896,54
3.3.3.9.0.39.57 Serviços de Proce. de Dados	-2.213.597,43			-2.213.597,43
3.3.3.9.0.39.69 Seguros em Geral	-11.027,23	-4.373,74	-4.645,96	-20.046,93
5.2.3.1.7.09.01 Despesas Antecipadas	-17.662,91			-17.662,91
6.1.3.1.4.02.00 Despesas Antecipadas	17.655,20			17.655,20
3.3.7.2 Outros Serviços	-26.069.539,72	-130.913,93	-87.962,74	-26.288.416,39
3.3.3.9.0.31.03 Premiações Científicas	-6.600.000,00			-6.600.000,00
3.3.3.9.0.35.01 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	-3.678.131,67			-3.678.131,67
3.3.3.9.0.35.04 Consultoria em Tecnologia da Informação	-2.252.444,86			-2.252.444,86
3.3.3.9.0.37.01 Apoio Administrativo Tec.e Operacional	-853.342,73	-16.998,78	-58.260,85	-928.602,36
3.3.3.9.0.37.02 Limpeza e Conservação	-286.412,90	-95.200,25	-29.701,89	-411.315,04
3.3.3.9.0.37.08 Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes	-399.868,86			-399.868,86
3.3.3.9.0.39.01 Assinaturas de Periódicos e Anuid.	-85.975,92	-1.258,83		-87.234,75
3.3.3.9.0.39.03 Comissões e Corretagens	-59.151,49			-59.151,49
3.3.3.9.0.39.05 Serviços Técnicos Profissionais	-2.578.286,99			-2.578.286,99
3.3.3.9.0.39.08 Manut.de Software	-22.379,97			-22.379,97
3.3.3.9.0.39.22 Exposições, Congres. e Conferências	-813.192,52			-813.192,52
3.3.3.9.0.39.23 Festividades e Homenagens	-15.400,00			-15.400,00
3.3.3.9.0.39.27 Suporte de Infraestrutura de T.I.	-32.346,13			-32.346,13
3.3.3.9.0.39.47 Serviço de Comunicação em Geral	-479.074,45	-59,20		-479.133,65
3.3.3.9.0.39.56 Serviços de Tecnologia da Informação	-575.961,14			-575.961,14
3.3.3.9.0.39.59 Serviços de Audio, Vídeo e Foto	-79.938,90			-79.938,90
3.3.3.9.0.39.63 Serviços Gráficos	-126.334,83			-126.334,83
3.3.3.9.0.39.66 Serviços Judiciários	-223.949,52			-223.949,52
3.3.3.9.0.39.74 Fretes e Transportes de Encomendas	-20.447,56	-15.094,27		-35.541,83
3.3.3.9.0.39.78 Limpeza e Conservação	-1.723,96			-1.723,96
3.3.3.9.0.39.79 Serv. de Apoio Adm., Tec. e Operacional	-3.801,54			-3.801,54
3.3.3.9.0.39.80 Hospedagens	-2.281,62			-2.281,62
3.3.3.9.0.39.86 Patrocínio	-1.820.000,00			-1.820.000,00
3.3.3.9.0.39.92 Serviço de Publicidade Institucional	-4.993.479,93			-4.993.479,93
3.3.3.9.0.39.97 Comunicação de Dados	-1.418,85			-1.418,85
3.3.3.9.0.39.99 Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	-28.765,17	-2.302,60		-31.067,77
3.3.3.9.0.47.18 Contribuições Prev.-Serviços Terceiros	-98.342,60			-98.342,60
3.3.3.9.0.47.27 Multas Indedutíveis	-107,21			-107,21
6.2.3.3.1.04.00 Obrigações de Exerc. Anteriores	63.021,60			63.021,60
3.3.8 Material de Consumo	-355.554,37	-11.848,57	-11.764,68	-379.167,62
3.3.3.9.0.30.07 Gêneros de Alimentação	-41.893,44	-4.278,05	-926,92	-47.098,41
3.3.3.9.0.30.09 Material Farmacológico	-1.296,00			-1.296,00
3.3.3.9.0.30.15 Material p/Festividades/ Homenagens	-8.255,50			-8.255,50
3.3.3.9.0.30.16 Material de Expediente	-45.257,68	-1.237,14	-139,90	-46.634,72
3.3.3.9.0.30.17 Material de Proce. de Dados	-1.159,42			-1.159,42
3.3.3.9.0.30.21 Material de Copa e Cozinha	-36.805,20	-1.831,08		-38.636,28
3.3.3.9.0.30.22 Material de Limpeza e Prod.Higienização	-136.949,28	-4.502,30	-2.001,86	-143.453,44
3.3.3.9.0.30.24 Material p/Manut. de Bens Imóveis	-12.381,78	0,00	-8.696,00	-21.077,78
3.3.3.9.0.30.25 Material p/Manut. de Bens Móveis	-12.215,00			-12.215,00
3.3.3.9.0.30.26 Material Elétrico e Eletrônico	-10.458,50			-10.458,50
3.3.3.9.0.30.36 Material Hospitalar	-3.022,15			-3.022,15
3.3.3.9.0.30.48 Bens Móveis Não Ativáveis	-20.701,25			-20.701,25
3.3.3.9.0.32.00 Material de Distribuição Gratuita	-20.075,20			-20.075,20
5.2.3.1.2.02.01 Consumo p/Requisição	-279.751,12			-279.751,12
5.2.3.1.2.02.02 Consumo Imediato	-64.794,95	-11.848,57	-11.764,68	-88.408,20
6.1.3.1.1.02.02 Bens de Estoque	330.395,20	11.848,57	11.764,68	354.008,45
6.1.3.1.3.04.39 Incorporação Serv.Terceiros PJ	9.066,90			9.066,90
3.3.9 Transporte de Pessoal	-2.325.459,28	-149.961,41	-51.204,19	-2.526.624,88
3.3.3.9.0.33.01 Passagens para o País	-2.097.371,62	-444,00		-2.097.815,62
3.3.3.9.0.33.02 Passagens para Exterior	-85.520,31			-85.520,31
3.3.3.9.0.33.03 Locação de Meios de Transportes	-142.567,35	-130.334,82	-51.204,19	-324.106,36
3.3.3.9.0.33.05 Locomoção Urbana	-17.623,39			-17.623,39
3.3.3.9.0.33.08 Pedágios	-1.559,20			-1.559,20
3.3.10 Diversos	-5.490,75	-3.254,41	0,00	-8.745,16
3.3.3.9.0.39.35 Multas Dedutíveis		-2.731,99		-2.731,99
3.3.3.9.0.39.37 Juros		-225,02		-225,02
3.3.3.9.0.39.81 Serviços Bancários	-5.513,22	-297,40		-5.810,62
5.2.3.2.1.04.00 Bens de Estoque	-6,24			-6,24
6.2.3.1.2.02.02 Retorno de Material Requisitado e Não Cons.	28,21			28,21
6.2.3.2.1.04.00 Bens de Estoque	0,50			0,50

3.4 Despesas Tributárias	-34.738.305,78	-126.394,32	-3.722,99	-34.868.423,09
3.3.3.9.0.47.02 IPTU	-830.945,10	-125.697,45	-3.722,99	-960.365,54
3.3.3.9.0.47.09 IOF	-3.862,35			-3.862,35
3.3.3.9.0.47.10 Taxas	-62.840,55	-696,87		-63.537,42
3.3.3.9.0.47.15 Multas	-5.823,22			-5.823,22
3.3.3.9.0.47.16 Juros	-1.954,72			-1.954,72
3.3.3.9.0.47.11 COFINS	-29.103.552,55			-29.103.552,55
3.3.3.9.0.47.12 Contribuição p/o PIS/PASEP	-4.729.327,29			-4.729.327,29
3.5 Outras receitas operacionais	416.002.976,96	216,60	0,00	416.003.193,56
4.1.3.2.5.00.00 Remuneração Depósitos Bancários	347.611.029,56			347.611.029,56
6.2.3.1.7.03.02 Agentes Devedores (Remuneração Tesouro)	7.092.704,23			7.092.704,23
5.2.3.1.7.02.11 Créditos a Receber Tesouro	-5.608.447,37			-5.608.447,37
4.1.9.2.2.99.00 Outras Restituições (Ressarcimento FNDCT Desp.Op.)	12.373.420,63			12.373.420,63
6.2.3.2.2.01.00 Valorizações de Títulos e Valores	4.142.654,03			4.142.654,03
6.2.3.2.3.05.07 Juros sobre Créditos Tributários	992.607,33			992.607,33
6.2.3.3.1.07.09 Obrigações Trabalhistas em Litígio	48.963.651,29			48.963.651,29
4.1.9.2.2.07.00 Recuperação de Desp Exerc Anter.	435.357,26	216,60		435.573,86
3.6 Outras despesas operacionais	-12.620.447,81	0,00	0,00	-12.620.447,81
3.3.3.5.0.41.08 Entidades Representativas de Classe	-736.474,41			-736.474,41
3.3.3.9.0.91.05 Depósito Judicial e Recursal	-11.883.973,40			-11.883.973,40
4- Outras receitas (despesas)	-2.002.623,22	0,00	0,00	-2.002.623,22
3.3.3.8.0.41.26 Contribuições a UNESCO	-2.000.000,00			-2.000.000,00
5.2.3.1.2.01.04 Doações	-138.134,15			-138.134,15
5.2.3.1.2.01.07 Leilão	-10.782,39			-10.782,39
6.2.3.1.2.01.18 Incorp.Bens Móveis/Localização	200,49			200,49
6.2.3.2.8.01.00 Reversão da Depreciação	146.092,83			146.092,83
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	367.236.440,01	-2.923.512,51	-396.585,08	363.916.342,42
5- Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-78.362.067,52	0,00	0,00	-78.362.067,52
3.3.3.9.0.47.03 Imposto de Renda	-48.829.186,30			-48.829.186,30
3.3.3.9.0.47.13 Contribuição Social s/ Lucro	-29.532.881,22			-29.532.881,22
6- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-8.051.377,99	0,00	0,00	-8.051.377,99
5.2.3.1.7.10.09 Créditos Tributários (IRPJ)	-34.030.643,30			-34.030.643,30
6.2.3.1.7.10.07 Créditos Tributários (IRPJ)	28.802.355,86			28.802.355,86
6.2.3.3.1.18.00 Obrigações Diferidas (IRPJ)	190.910,52			190.910,52
6.2.3.1.7.10.07 Créditos Tributários (CSLL)	17.289.719,04			17.289.719,04
5.2.3.1.7.10.09 Créditos Tributários (CSLL)	-20.418.266,47			-20.418.266,47
6.2.3.3.1.18.00 Obrigações Diferidas (CSLL)	114.546,36			114.546,36
7- Participação de Empregados e Administradores no Lucro	-16.179.432,27	0,00	0,00	-16.179.432,27
5.2.3.3.1.07.16 Provisão de participação de empregados e diretores	-16.179.432,27			-16.179.432,27
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	264.643.562,23	-2.923.512,51	-396.585,08	261.323.464,64

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Financiadora de Estudos E Projetos – FINEP
Rio de Janeiro/RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP do Estado do Rio de Janeiro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP descreve em nota explicativa item nº16 que a Assessoria Jurídica interna entende que o montante de R\$ 115.725 mil contabilizado na conta

Avenida Bastian, 366 - Menino Deus - Porto Alegre - RS - CEP. 90130-020


Contingências Trabalhistas é suficiente para atender as demandas judiciais. Cabe registrar que o parecer da Assessoria Jurídica Externa da FINEP, classificou com possibilidade de perda provável o montante de R\$ 182.995 mil..

A FINEP divulga também na nota explicativa 3, f4, que a RES/DIR/0619/13 aprovou a proposta de acordo para o passivo trabalhista proposto pela Superintendência da Área Jurídica, no intuito de fornecer proposta a cada reclamante individualmente de forma isonômica, única e inegociável de oferta para acordo nas seguintes reclamações trabalhistas: RT - 0084500-89.1992.1.05.0013, RT-0081900-56.1992.5.01.0026, RT-02140-1993-007-01-00-0, RT-0006200-20.1992.5.01.0044, RT-001010-02.1992.5.01.0047, RT-0006400-59.1992.5.01.0001. Em 2014 houve a reversão de R\$ 36.883 mil referente ao pagamento aos reclamantes e atualização de R\$ 13.891 mil.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2015.



MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS - 005460/0-0 - "S" - RJ
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS - 71.505/O-3 - "S" - RJ
Responsável Técnico



ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS - 65.932/O-7 - "S" - RJ
Responsável Técnica

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DOS DIRIGENTES DA FINEP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA FINEP
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014**, referentes à FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, com base nas Notas Explicativas apresentadas pelo Departamento de Contabilidade1–DCNT1, no Relatório dos Auditores Independentes - Grupo Maciel, Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria, de 04/03/2015, no Relatório de Auditoria Interna, e no Parecer do Conselho Fiscal, de 30/03/2015, representadas nos balanços patrimoniais e demais peças contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2014, que compõem o processo de **Prestação de Contas Anual dos Administradores da FINEP**, manifestando-se favoravelmente às suas aprovações e atestando que as mesmas encontram-se em condições de serem submetidas ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Adicionalmente, manifesta-se favoravelmente a proposta apresentada pela Diretoria Executiva da FINEP para a **DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL** examinado.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2015.



JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO
Conselheiro Presidente



RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI
Conselheiro



LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
Conselheiro



PEDRO DE CARVALHO PONTUAL
Conselheiro



FERNANDO AMÁLIO DA SILVA
Conselheiro Suplente

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DOS DIRIGENTES DA FINEP

CONSELHO FISCAL

PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA FINEP REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014

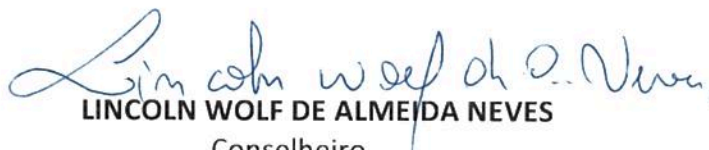
O CONSELHO FISCAL da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **RELATÓRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014**, referente à FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, com base nas Notas Explicativas apresentadas pelo Departamento de Contabilidade 1 - DCNT1, no Relatório dos Auditores Independentes (Grupo Maciel), de 04/03/2015, e no Relatório de Auditoria Interna, representadas nos balanços patrimoniais e demais peças contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2014, que compõem o processo de Prestação de Contas Anual dos Administradores da FINEP, sendo de opinião que o mesmo encontra-se em condições de ser submetido ao Conselho de Administração da FINEP e ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Adicionalmente, toma conhecimento e manifesta-se favoravelmente à proposta apresentada pela Diretoria Executiva da FINEP para a **DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL** examinado.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2015



ROBERTO DO NASCIMENTO RODRIGUES
Conselheiro Presidente



LINCOLN WOLF DE ALMEIDA NEVES
Conselheiro



VIVIANE APARECIDA DA SILVA VARGA
Conselheira

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031-170 Rio de Janeiro - RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543-000 São Paulo - SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD: 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712-903 Brasília - DF
t. (61) 3035 7408

SAC
t. (21) 2555-0555
Saco@finep.gov.br

Ouvidoria
t. (21) 2557-2414
ouvidoria@finep.gov.br